

JUSTIÇA RESTAURATIVA EM PRÁTICA: A EXPERIÊNCIA DO NACIONAL EM CONTAGEM-MG

*RESTORATIVE JUSTICE IN PRACTICE: NACIONAL'S EXPERIENCE IN CONTAGEM
(MINAS GERAIS, BRAZIL)*

Mayara de Carvalho Siqueira*

RESUMO: A pesquisa focou a verificação das formas e impactos da materialização da justiça restaurativa de base comunitária na experiência da Região do Nacional, em Contagem, Minas Gerais, sob o Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania: prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania com foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades brasileiras”, entre os anos de 2010 e 2013. O problema central disse respeito à efetividade do Segurança com Cidadania, segundo a perspectiva de seus usuários e executores. Considerando o resultado de mais de um ano sem homicídio de jovens no Nacional, tinha por hipótese que o Programa havia sido efetivo. Houve ainda a preocupação de identificar os impactos e transformações que continuavam em curso no território mesmo após a finalização das atividades do Programa. Para tanto, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica, mas foi a pesquisa de campo a grande ênfase metodológica do trabalho, com realização de entrevistas semi-estruturadas do tipo narrativo, entre os anos de 2015 e 2018, com usuários e executores do Programa. O grande destaque do Segurança com Cidadania foi a utilização da metodologia do PNUD, considerando os recursos e potencialidades locais e envolvendo os agentes comunitários em todo o processo decisório e executório de projetos, programas, serviços e políticas públicas. Pautada em policentrismo decisório, práticas restaurativas, participação e influência da comunidade, a utilização da metodologia do PNUD no Nacional demonstrou a reflexividade entre métodos de tratamento de conflitos e cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça restaurativa; Comunidade; Transformação de conflitos.

SUMÁRIO: Introdução. 1 Noções fundamentais de justiça restaurativa voltadas à compreensão da pesquisa de campo 2 Do programa conjunto segurança com cidadania. 3 Conclusão. Referências.

ABSTRACT: The research was focused in verify the ways and impacts of Brazilian restorative justice experience in Nacional region, city of Contagem, Minas Gerais within ONU Joint Program “Segurança com Cidadania: prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania com foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades brasileiras”, during 2010 and 2013. The main issue was the Segurança com Cidadania's effectiveness according to its users and executors. Considering the outcome of more than one year without youth homicide, my hypothesis was that it works. The research was also concern about identify the effects and ongoing transformations on the ground. The methodology used was mainly field work (semi-structured and narrative interviews). But it also used documental and literature research. The Segurança com Cidadania's great emphasis was taking PNUD's method. It considered local resources and potentials. It involved community actors in all decision-making and executory process. PNUD's method was based in polycentric decisions, restorative practices, participation and community influence. The results of PNUD's methodology in Nacional have shown the mutual influence between culture and methods for settling disputes.

KEYWORDS: Restorative Justice; Community; Conflict transformation.

INTRODUÇÃO

A Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça instituiu a política nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do sistema de justiça brasileiro. Mesmo antes desse marco, a Justiça Restaurativa já caminhava no país de modo distinto do seu andamento no mundo: era conduzida prioritariamente junto ao Judiciário.

* Doutora em Direito pela UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estácio de Sá. Email: mdecarvalho@live.com

Nesse contexto, os atores mais conhecidos na prática restaurativa nacional eram juízes e escolas judiciais. Em virtude disso, surgiu a curiosidade de identificar e pesquisar comunidades que estivessem realizando práticas de Justiça Restaurativa.

Entre os anos de 2015 e 2019, protagonizei uma pesquisa de campo na região do Nacional, no município de Contagem, cidade industrial da Grande Belo Horizonte, em Minas Gerais.

O município foi escolhido por ter sediado o Programa *Segurança com Cidadania*, ação conjunta de diferentes agências da Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com a comunidade e a administração pública municipal. A pesquisa foi pautada em análise de documentos e realização de entrevistas semiestruturadas tanto com lideranças comunitárias, quanto com servidores públicos municipais e profissionais da ONU envolvidos diretamente com o programa.

O *Segurança com Cidadania* nasceu com o propósito de prevenir violência e de construir e fortalecer práticas de cidadania, o Programa voltava-se a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

Chamava atenção o dado de que, durante a realização do programa, o território passou quase um ano e meio sem homicídios. Antes do *Segurança com Cidadania*, a região tinha vários homicídios mensais, vitimando especialmente homens de até 24 anos (ONU; PNUD, 2013).

Como o programa já havia encerrado oficialmente suas atividades no início da pesquisa de campo, que se estendeu de 2015 a 2018, o problema central da pesquisa disse respeito à efetividade do *Segurança com Cidadania*, segundo a compreensão de seus usuários e executores. O uso de entrevistas semiestruturadas como metodologia para responder problema de pesquisa tem especial relevância já que, enquanto prática de cunho restaurativo, o *Segurança com Cidadania* busca efetivar uma apreensão de justiça enquanto satisfação (ZEHR, 2012; PRANIS, 2013; BRAITHWAITE, 2002; SHERMAN; STRANG, 2007) das pessoas direta e indiretamente envolvidas na problemática da violência.

Considerando o resultado de mais de um ano sem homicídio de jovens no Nacional, tinha por hipótese que o Programa havia sido efetivo. Houve ainda a preocupação de identificar os impactos e transformações que continuavam em curso no território mesmo após a finalização das atividades do Programa.

1 NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA VOLTADAS À COMPREENSÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Diversas das compreensões sobre Justiça Restaurativa difundidas no Brasil ainda são pautadas em alguns mitos, evidenciando sua confusão com a) métodos adequados para resolver conflitos; b) metodologia dos processos circulares, também conhecida como círculos de construção de paz; c) mediação; d) uma prática preferencialmente aplicada em âmbito criminal.

Em virtude disso, considera-se importante explicitar algumas compreensões fundamentais de Justiça Restaurativa com o objetivo de facilitar e potencializar a compreensão da pesquisa. Frise-se, portanto, que este ponto do artigo não pretende exaurir e abordar todos os elementos básicos da Justiça Restaurativa, mas apenas elencar compreensões fundamentais para a melhor compreensão dos dados apresentados na pesquisa de campo.

A Justiça Restaurativa propõe uma visão de justiça diferenciada, novas lentes através das quais enxergaremos conflitos, violências e conexões. Isso quer dizer que não se trata de um método adequado para trabalhar conflitos. Tanto é que a Justiça Restaurativa pode ser operacionalizada por diversos métodos, entre eles os processos circulares.

Para que uma prática seja considerada restaurativa, importa seu conteúdo, não exatamente sua forma. É importante salientar que nem só de método se faz a prática restaurativa, que pode contemplar também abordagens e práticas restaurativas, compondo o que se convencionou chamar de *continuum restaurativo* (ZERH, 2012; 2015).

Além disso, pretender que a experiência da Justiça Restaurativa pressuponha ou seja associada a conflito e violência é incompatível com sua própria origem ancestral.

A JR construiu seu sentido enquanto prática voltada a conexão em grupos humanos, o que inclui situações de conflito e violência, mas não diz respeito apenas a elas.

É possível – e desejado – que as práticas restaurativas sejam utilizadas antes mesmo de qualquer violência ou incompatibilidade de objetivos. Podemos fazer uso da visão restaurativa de justiça como uma forma de aprofundar vínculos que já estão bem; de aproximar ainda mais pessoas que já convivem em harmonia; de reforçar vínculos de pertencimento e significado em grupos de trabalho; de aproximar a comunidade escolar de um espaço de apoio e segurança socioemocional; de possibilitar que familiares ou sujeitos comunitários se conheçam melhor e estejam mais próximos; dentre tantas outras possibilidades.

Se sedimentarmos as bases da Justiça Restaurativa na conexão, é provável que teremos menos violências e mais acolhimento nos nossos vínculos sociais.

Acreditar que a Justiça Restaurativa só tem seu lugar de ação quando há conflito ou violência é reduzi-la a muito menos do que ela é e pode ser. O maior potencial transformador da JR está justamente na sua atuação voltada a conexão.

Isso porque sua visão de justiça busca satisfação de necessidades humanas básicas e poucas coisas trazem tanta satisfação quanto a construção intencional de espaços seguros voltados a construir e aprofundar conexão com pertencimento e significado.

A visão restaurativa de justiça volta-se a construir intencionalmente espaços seguros e cooperativos, pautados prioritariamente em narratividade e contação de histórias pessoais (*personal storytelling*), para a) desenvolver e aprofundar conexão com pertencimento e significado; b) satisfazer necessidades humanas básicas dos participantes; c) quando for o caso, reparar danos e oferecer cuidado em relação a traumas individuais ou coletivos; d) resolver e transformar conflitos, relações e comunidades; e) trabalhar os impactos, sejam eles intencionais ou não, de ações dos participantes em situações de interdependência; f) quando apropriado, garantir a construção de um espaço seguro em que seja possível identificar impactos causados pelo ato, bem como aqueles pré-existentes que foram revelados por ele; g) quando for o caso, oferecer informações adequadas que possibilitem a responsabilização ativa, protagonizada pelos próprios sujeitos, em relação a consequências de seus atos; h) quando for o caso, garantir participação e oferecer informações adequadas para que pessoas indiretamente relacionadas ao fato possam assumir sua parcela de responsabilidade ou protagonismo quanto a condições e contexto em que ele ocorreu; i) prevenir e dar fim a violências, sejam elas individuais ou coletivas, físicas ou psicológicas, verbais ou não-verbais, pontuais ou estruturais, motivadas ou imotivadas (CARVALHO, 2021).

A Justiça Restaurativa reconhece que a consciência e apropriação das histórias pessoais são, por si só, elementos que potencializam conexão e restauração (entendida aqui como recuperação de um passado melhor ou ainda como construção de um novo começo).

Por essa razão, a prática restaurativa parte de perguntas, como um convite para que o sujeito se localize e se perceba em sua própria história. A pergunta é sempre convite: convite de presença, convite de reflexão. É ainda um convite de assunção de protagonismo, já que sua resposta deve ser oferecida considerando o sujeito “eu”, a primeira pessoa do singular. Isto é,

discursos evasivos que remetem genericamente “ao sistema”, “as pessoas”, “a humanidade” devem ser evitadas.

Tampouco deve-se falar para remeter ao outro. Cada um fala de si, sob seu ponto de vista, dos seus sentimentos, das suas necessidades. E a cada um é dada a oportunidade de, caso queira, ouvir o que o(s) demais têm a narrar sobre si.

As práticas restaurativas podem ter finalidades tão diversas quanto as necessidades dos envolvidos! Esse é um grande diferencial da justiça restaurativa: é ela quem deve se adaptar à comunidade humana, não o contrário. Por isso a maleabilidade do procedimento.

Todavia, há elementos e princípios que devem ser observados para garantir a condução da prática, que pode ser total ou parcialmente restaurativa à medida em que integraliza esses componentes.

Uma prática totalmente restaurativa é aquela que responde com o máximo de eficiência às seguintes questões: a) o método contempla integralmente as necessidades, eventuais danos e as causas da situação problemática?; b) contempla adequadamente as pessoas que tiveram necessidades afetadas, sofreram ou que estão sofrendo danos ou com ameaças a direitos?; c) as pessoas são estimuladas a assumir responsabilidades ativamente?; d) os interessados estão sendo considerados e têm se envolvido na prática?; e) as microcomunidades de apoio e referência têm sido mobilizadas?; f) há oportunidades para diálogo substancial, com fala e escuta ativa, e decisões participadas?; g) os envolvidos estão sendo respeitados e considerados em sua individualidade?

44

2 DO PROGRAMA CONJUNTO SEGURANÇA COM CIDADANIA¹

O Programa Conjunto das Nações Unidas *Segurança com Cidadania: prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania com foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades brasileiras* tinha por finalidade a redução de violências contra pessoas entre dez e 24 anos.

Sua agenda procurava alcançar o cumprimento voluntário de regras, autorregulação comunitária de comportamentos e promoção de mecanismos de controle social; a mobilização,

¹ Parte do texto desse item foi publicado previamente como parte do relatório da pesquisa, outra é inteiramente nova, produzida para fins desta publicação.

capacitação e empoderamento de atores do território para que as ações fossem implementadas de maneira participada e com plena convivência cidadã; o fortalecimento das condições de governança local, capazes de assegurar a sustentabilidade das ações; e a construção de um plano de segurança (ONU; PNUD, 2013).

O Programa entende governança democrática como elemento do desenvolvimento humano, focado na participação política, com o intuito de criar condições de isonomia e fortalecimento da capacidade de escolha e participação dos cidadãos. Por essa razão, pressupõe a interação dialógica entre Estado, sociedade civil, setor privado, grupos e lideranças comunitárias para que sejam feitos planejamento, implementação e acompanhamento coletivo de serviços e políticas públicas. Uma das formas para garantir essa interação era através do incentivo e capacitação popular para a realização de práticas restaurativas.

Com edital lançado no Brasil em abril de 2010, o Programa Conjunto selecionou três municípios – Contagem-MG, Lauro de Freitas-BA e Vitória-ES – para desenvolverem ações visando a redução da violência e a construção de cultura de paz entre os anos de 2010 e 2012. Posteriormente, sua atuação foi prorrogada até junho de 2013.

A escolha dos municípios contemplados foi feita por processo seletivo, com equipe de avaliadores composta por representantes de cada uma das seis Agências da ONU, bem como do Ministério da Justiça. Foram critérios eliminatórios para seleção o pertencimento a uma das regiões metropolitanas oficiais do país; e ter elevada taxa de homicídios.

Os critérios classificatórios foram: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); o Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS); a indicação, com justificativa, de um território do município para receber o projeto; o fato de o município desenvolver ou ter desenvolvido iniciativas com alguma Agência da ONU; o nível de compromisso do governo local para apoiar o Programa Conjunto com recursos financeiros e humanos de gestão (ONU; PNUD, 2013).

Conforme explicitado pela ONU (2013, p. 13):

O público-alvo foram crianças, adolescentes e jovens entre 10 e 24 anos, que são particularmente vulneráveis porque são excluídos do sistema educativo; vítimas de violência doméstica ou intergeracional; envolvidos em atividades relacionadas com drogas, tais como o tráfico, ou pertencentes a uma comunidade afetada pela presença de capital social perverso ou prejudicial. O Programa e seus componentes foram estabelecidos dando especial atenção aos diferentes papéis, comportamentos, aspirações e

necessidades das crianças, adolescentes, homens e mulheres jovens em situações vulneráveis, ou em risco de se tornarem vítimas ou agentes da violência.

O recorte do público-alvo se justifica em razão das pessoas entre dez e 24 anos serem as mais afetadas por mortes violentas, baixa escolaridade e desemprego (ONU; PNUD, 2013). Também tem fundamento na proteção integral e na garantia de prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes (Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, de 1924; Declaração sobre os Direitos da Criança de 1959; Declaração Universal dos Direitos Humanos; arts. 23 e 24, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; art. 10, Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989; art. 227, CRFB/1988; arts. 1º, 3º, 100, Lei 8.069/1990).

No Brasil, há ainda o fundamento pautado no direito à socioeducação reconhecido às pessoas de até 18 anos em virtude de sua especial condição enquanto sujeito de direito em desenvolvimento. Não se confundindo com o sistema socioeducativo, um de seus elementos constituintes, a socioeducação é composta pelo:

[...] conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da inter-relação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos, com os objetivos de promover o desenvolvimento de potencialidades humanas, da autonomia e da emancipação, bem como fortalecer princípios da vida social (BISINOTO, 2015, p. 584)

Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) referente ao ano de 2014, nos 300 municípios com população acima de 100 mil habitantes, a cada 1.000 adolescentes que completaram 12 anos, 3,65 morrem vítimas de homicídio antes de completarem os 19 anos (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, 2017). Numa sociedade sem guerra, é de se supor que esse número não seja muito distante de zero, devendo ser inferior a um.

Em Contagem, no ano de 2012, quando o Programa estava sendo executado no Nacional, o IHA era considerado médio-alto frente ao já elevado índice brasileiro, tendo uma média de cinco adolescentes mortos por homicídio a cada 1.000. A situação dos adolescentes de sexo masculino era ainda mais sensível: a chance de um desses garotos morrerem por homicídio era 20 vezes superior à de uma adolescente do sexo feminino (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, 2014).

É importante notar que não parece ser uma coincidência o alto grau de vulnerabilidade das crianças e adolescentes do Nacional e o nível de carência econômica dessa região. Também não nos parece fruto do acaso que parcela considerável dos habitantes da regional sejam auto-declarados negros.

Nesse contexto, entre 2010 e 2012, o Programa desenvolveu atividades com o intuito de promover convivência; fortalecer as capacidades de atores locais; reduzir fatores de risco relacionados à violência; aprimorar as condições de governança; promover a resolução pacífica de conflitos; garantir condições de sustentabilidade; e acesso à justiça (ONU; PNUD, 2013).

As práticas e os conhecimentos apreendidos eram compartilhados entre as Agências do Sistema ONU e os três municípios selecionados, possibilitando a construção coletiva das ações e a multiplicação das experiências, respeitadas as especificidades de cada território.

O princípio condutor do *Segurança com Cidadania* foi a construção colaborativa entre os territórios, as Agências da ONU e os governos municipal e federal. Desse modo, foram feitas articulações dos saberes e experiências locais com as propostas que o Programa pretendia desenvolver no município (ONU; PNUD, 2013). Com isso, foram consideradas as potencialidades, as necessidades e as especificidades da comunidade, ao invés de focar em deficiências próprias do sistema social.

O Programa Conjunto atuou prioritariamente em quatro áreas estratégicas: desenvolvimento de capacidades; fortalecimento institucional; geração de conhecimento e evidências; e mobilização social e *advocacy*. A estimativa é de que, apenas em Contagem, cerca de 10.000 pessoas foram contempladas pelas ações promovidas (ONU; PNUD, 2013).

Com isso, o PC pretendeu contribuir para a segurança cidadã que, nas palavras de Cintia Yoshihara, consultora PNUD no Programa, de 2010 a 2013:

Inclui a segurança econômica, alimentar, ambiental, pessoal, comunitária e política. Nesse contexto, fatores individuais, domésticos ou sociais que têm efeito cumulativo e colocam as pessoas em condições e situações vulneráveis – aumentando o risco de se tornarem vítimas ou agentes da violência – são alvo de propostas construídas em conjunto pela comunidade e pelo poder público a fim de reverter o quadro de insegurança local (ONU; PNUD, 2013, p. 14).

A vulnerabilidade das pessoas de 10 a 24 anos foi considerada, portanto, sob uma perspectiva sistêmica, como produtora e produto de violências em diferentes escalas e contextos. Para enfrentar essas violências e reverter as condições de vulnerabilidades, é importante formar

uma compreensão panorâmica desses fatores, que não só não podem ser isolados, como também devem ser analisados pela maneira como se relacionam e se acumulam na vida dos sujeitos.

Um dos grandes diferenciais do *Segurança com Cidadania* consistiu no planejamento e gestão das ações de forma participativa, focada na convivência e na contribuição dos mais diversos atores comunitários. Nesse ponto, um dos objetivos centrais era justamente o de evitar a criação de um vínculo de dependência entre o território e a presença da ONU, de modo a garantir a continuidade das ações mesmo após – e independentemente – o fim do Programa.

Todavia, como indicou a pesquisa de campo, esse esforço não foi suficiente para garantir a manutenção de parte considerável das ações desenvolvidas no período.

Segundo Paulinho Terrinha², liderança comunitária com atuação frente à juventude, em entrevista concedida durante a pesquisa de campo:

Quando o Programa da ONU veio, trouxe pra a gente diálogo, diálogo com a Prefeitura, diálogo com o poder. Até então, eles vomitavam tudo por cima da gente, não perguntavam o que a comunidade queria. Eu lembro que tinha um projeto de pista de skate na comunidade e eu fui com os meninos na Secretaria de Obras e a gente disse como queria porque a que tinha antes aqui não dava para andar. E hoje a gente tem uma pista de skate aqui em cima que foi, inclusive, a galera do Zé Gordo que construiu. Quando estavam construindo os meninos foram lá e disseram, “olha, vocês podiam fazer assim” e alteraram lá, deu certo. [grifos acrescentados]

48

Diversas das práticas centrais desenvolvidas durante o Programa, o que inclui a narrada acima pelo entrevistado, tinham cunho restaurativo. O próprio modo de reunir-se e organizar-se no espaço do território era permeado pelos princípios e valores restaurativos.

As lideranças comunitárias que compuseram o Comitê Local foram definidas após três reuniões no território. Nelas, foi explicado no que consistia e qual a proposta do Programa Conjunto.

Na primeira, não houve consenso para definir os critérios e havia poucos presentes. Na segunda, que aconteceu no Educarte (equipamento da área da Educação), os presentes conseguiram definir os critérios: territorialidade, ser liderança reconhecida, representatividade religiosa, disponibilidade de tempo, paridade de gênero, ter representantes da juventude (dentro da idade que é o público-alvo do Programa Conjunto).

² Embora, em regra, as pesquisas não identifiquem os sujeitos entrevistados, os nomes apresentados são, em sua maioria, reais. Isso porque, conforme termo de consentimento assinado por cada um dos entrevistados, quase a totalidade deles optou pela identificação na pesquisa, até como modo de possibilitar eventuais organizações no futuro.

Na terceira reunião, que aconteceu na Escola Municipal Wancleber Pacheco, as pessoas presentes se apresentaram e diziam o porquê deveriam ser escolhidas, a escolha foi consensual, não houve necessidade de votação. Os membros da comunidade indicados para o Comitê Local foram: Albaiza Pereira WadaWada (bairro Tijuca e da Igreja Católica), Pastor Terrinha (bairro Estrela Dalva e da Igreja Evangélica), Zenor Soares (Vila Francisco Mariano) e José Antônio M. Souza, o Tony (Vila Sapolândia e representante dos comerciantes). Em relação à juventude, houve consenso que deveria ter um de cada gênero e o representante seria o Paulinho Terrinha e a outra representante seria escolhida pela diretoria da Escola Municipal Wancleber Pacheco. Na mesma reunião, os presentes pontuaram a necessidade de convidar um membro da Polícia Militar. [grifos acrescentados]

É relevante pontuar que não só foram os membros da comunidade que indicaram seus representantes; como também foram eles os encarregados de definir os critérios que deveriam nortear a escolha desses sujeitos. O envolvimento comunitário, portanto, antecede a decisão sobre os representantes, para abranger também a eleição dos requisitos fundamentais a serem contemplados nessa seleção. Há, desse modo, a construção participada, ainda que implícita, dos valores fundantes que seus membros acreditam ser indispensáveis para a representatividade.

Dos critérios apontados, fica evidenciada a importância atribuída à representatividade e à diversidade. Ao apontar a necessidade de a seleção dos representantes refletir a abrangência geográfica dos diferentes bairros e vilas do Nacional, de compreender a diversidade religiosa e de contar com paridade de gênero, os membros da comunidade assinalam a necessidade de heterogeneidade dos seus representantes.

Por sua vez, atributos como o de reconhecida liderança falam da relevância dada à representatividade construída e legitimada antes da instalação do Programa Conjunto (PC). Além disso, o fato de demandarem a indicação de representantes do público-alvo do PC, isto é, de pessoas de dez a 24 anos, sinaliza a importância da construção participada das ações não só pela presença da comunidade do Nacional em sentido lato, como também pela participação direta e específica da microcomunidade a quem o Programa se destina.

Sobre esse último aspecto, é importante notar que os espaços em que ocorreram as reuniões eram de instituições voltadas à educação. Esse foi outro ponto definidor do Programa, o que parece ter ocorrido principalmente por: a compreensão cultural da escola como a segunda comunidade mais relevante da nossa sociedade, onde crianças e adolescentes – público alvo do PC – costumam passar ao menos um terço do dia; o papel do ensino no direito à socioeducação; a atuação prévia de Cláudia Ocelli, Ponto Focal do município, como Secretária Adjunta de

Educação de Contagem e na presidência da Fundação de Ensino, que lhe garantia facilidade para transitar, mobilizar e articular políticas e instituições na área.

Salta aos olhos, ainda, que numa região marcada por violências e com histórico recente de toque de recolher, os membros do Comitê Local tenham decidido convidar um membro da Polícia Militar (PM) para compor o coletivo. Sobre o fato, o indicado, Tenente Davidson Tavares, em entrevista para a pesquisa, aponta que:

[a confiança da indicação pro Comitê Local veio porque] houve um lapso temporal entre a chegada desse projeto da ONU e o trabalho que já havíamos começado lá. Eu ficava o dia todo no território, praticamente não ficava no Quartel. [...] A gente parava a viatura e não ficava só na repressão, no ficar fazendo abordagem e vendo quem está com droga e quem não está. Ali, a gente parava a viatura na praça, ia no comercio andando a pé; conversava com um comerciante, conversava com outro; ia em posto de saúde, conversava. O pessoal começou a cumprimentar a gente, saber quem a gente é. Sabia assim ‘aquela pessoa é o comandante, que é quem está cuidando daqui’ e sabia que a gente estava voltado mesmo pra promover a segurança no local, e não preocupado só com a repressão. [Estávamos] reocupados com a segurança de forma geral: se tivesse que ocorrer [repressão], ia ocorrer; a princípio era aquilo, gerar sensação de segurança pra eles com a nossa presença, que a gente ia reverter essa situação toda. No dia a dia mesmo, se fosse acontecer uma festa, a gente estava presente; na reunião, estava presente. [Mesmo] reunião que não era atinente à segurança pública, se era algo que eles achavam importante, a gente comparecia também. Então, teve esse tempo pra que eles sentissem que a gente estava realmente com uma forma diferenciada de trabalhar.

50

Durante entrevista para a pesquisa de campo, Cintia Yoshihara, consultora do PNUD para o Programa, contou que as relações entre a comunidade e a Polícia tiveram sensível melhora durante a execução do programa. Ela relata que, no início, os participantes eram reativos à polícia e que tinham uma versão única sobre a história da atuação da PM na comunidade. Essa situação começou a mudar quando o à época Tenente, Davidson Tavares, ao participar de uma das reuniões do Comitê, falou à comunidade sobre as dificuldades das condições de trabalho da Polícia no território.

Segundo conta, conhecer a narrativa do Tenente fez com que os membros do Comitê passassem a reivindicar que não houvesse reuniões sem a presença dele. Em 2011, o Comitê foi recebido na Cidade Administrativa e relatou para os gestores estaduais sobre as dificuldades da Polícia e a importância da presença da instituição no Nacional, exigindo melhores condições de trabalho para os policiais. Conforme conta, as reivindicações foram atendidas e a Polícia recebeu mais recursos.

Outra questão relevante diz respeito à forma como foi feita a seleção dos representantes: após as interessadas elencarem as razões pelas quais deveriam ser escolhidas, conforme os critérios previamente definidos de forma coletiva, as pessoas presentes na reunião definiram as representantes de maneira dialógica, até alcançarem um consenso, dispensando eleição. Dessa maneira, a legitimidade e a sustentação coletiva das escolhas restam evidenciadas.

A forma como se constituiu e a atuação do Comitê Local foram definidoras para a sustentabilidade após o PC. Nas palavras de Claudia Ocelli, Ponto Focal do município:

O maior impacto desse programa foi ter partido do desenho de uma política que não foi construída em Gabinete, mas sim na articulação com o próprio território e [com] as lideranças locais. Essa foi a condicionalidade para a metodologia do desenho, tanto que o desenho territorial com lastro na juventude ficou mesmo após o encerramento do Programa. Foi o desenho de justiça no espaço do território. [grifos acrescentados]

Segundo Claudia Ocelli, essa metodologia foi determinante para a adesão e confiança da comunidade em relação ao Programa. Ela conta que, de início, havia o receio de que a ONU levasse a Polícia para o território, aumentando a repressão. Todavia, essa resistência inicial foi rompida quando a própria Claudia se encarregou de dialogar com membros do tráfico de drogas, explicando que justiça e polícia não se confundem, que “a justiça se volta a corrigir exclusões”.

Segundo relata, esse contato transformou não só a visão da comunidade em relação à Polícia, mas também a dos Oficiais da Polícia frente aos moradores da região.

Antes do Programa, o Tenente Davidson se referia aos meninos como “meliante”. [...] Quando foi implementado policiamento comunitário, eles fizeram formação com o Beto, do Papo de Resposta, no Rio de Janeiro. O Tenente mudou tanto que, numa das reuniões do Comitê Local, começou sua fala super triste, dizendo que havia feito o B.O. do ‘filho do meu grande amigo’ e que não havia conseguido fazer algo para que essa situação se revertisse, que havia sabido na semana anterior de que havia sido jurado de morte.

Para guiar as ações do *Segurança com Cidadania*, o PNUD realizou o Diagnóstico Integral e Participativo de Convivência e Segurança Cidadã (DIP). Seu objetivo era conhecer e retratar da forma mais dinâmica possível os aspectos situacionais e institucionais do território e das pessoas naturais e jurídicas que o habitam ou que transitam no local (ONU; PNUD, 2013b). O documento uniu dados demográficos, estatísticos e mapeamentos quantitativos e qualitativos para apresentar os principais problemas, desafios, capacidades e potencialidades do Nacional.

Essa ação foi fundamental para compreender quais as violências que recaiam sob o território e quais delas eram percebidas de maneira mais ou menos sensível pelos seus residentes e transeuntes. Sem essa consciência, não seria possível compreender propriamente as medidas para combater e reverter as violências.

Ao identificar e nomear do que se fala ao se referir a violência, evidencia-se também as construções sociais, sistemas de valores, classificações e construções de códigos comuns de condutas que amparam, justificam, tangenciam, contrapõe-se ou conformam-se a essas violências (GALVÃO, 2010; MELO, 2018).

Além disso, essa ação é um passo de ruptura frente ao silenciamento com que certas violências costumam ser tratadas na comunidade e, aqui, remete-se não só às físicas, mas também às simbólicas e estruturais.

Nas palavras da liderança local Paulo Terrinha, em entrevista para a pesquisa:

Morria muita gente... morria muita gente! E, assim, muitas coisas nem eram relatadas. Havia algumas atrocidades que aconteciam e ficavam por isso mesmo. Vejo que o Programa ajudou muito nisso, coletou o dado real de quantas são as vítimas. Por que quando foram pesquisar, chegaram à conclusão de que.. um cara tomava um tiro aqui, ne, mas aí a polícia botava na viatura e ele morria no hospital. Então, não era daqui, entende? Mas não saía como um dado daqui. Até isso foi constatado. Então, nós tivemos acesso ao real, ao que acontecia, e, com isso, nós conseguimos ver a realidade se transformar.

52

Ao romper o silenciamento das violências, de suas causas e resultados, há a possibilidade de emergir espaços de escuta para essas vozes que passam a soar na comunidade, levando, quem sabe, a uma gestão compartilhada sobre o tema. É também uma maneira para compreender sentimentos de *auto ódio* e desvalorização que possam estar acompanhados de histórica negação de violências.

Com o mapeamento, o agir estratégico e a tomada de decisões a respeito das ações do PC tinham mais chance de satisfazer as demandas e necessidades da comunidade para a prevenção e a redução das violências. Para a sua produção, o PNUD contou com a participação tanto de atores da comunidade, quanto de técnicos, gestores e agentes públicos e privados que já atuavam no território, sendo, portanto, fruto de um trabalho em rede. A produção desse material demandou nove meses de cooperação, estendendo-se de fevereiro a novembro de 2011 (ONU; PNUD, 2013).

Em entrevista para a pesquisa, a consultora da ONU Cintia Yoshihara relata que “num primeiro momento, foram feitas entrevistas junto a Polícia, Justiça, Secretarias Municipais e com as instituições que se relacionavam com a comunidade”. No entanto, “mesmo depois de vários convites, o Judiciário se envolveu muito pouco no Programa”. Ainda segundo a consultora do PNUD, “a elaboração do Diagnóstico do Nacional não foi tão participativa quanto poderia, mas houve uma mudança em seguida na metodologia do PNUD, que passou a ser mais dialogada”.

O DIP se propunha a estabelecer as áreas de atuação que norteariam as formas concretas de prevenção e enfrentamento dos problemas e ameaças relacionados à violência no território. As ações do Programa Conjunto partiram de uma compreensão multicausal da violência e, por isso, foram conduzidas em seis diferentes eixos que compunham um conjunto dialógico e interconectado. Partindo de um eixo transversal de Capacidade Institucional, os seis eixos de trabalho foram: I) Fortalecimento da coesão social; II) Revitalizar os espaços públicos; III) Fortalecimento da Justiça e da Polícia na relação comunitária; IV) Prevenção e controle de delitos; V) Prevenir fatores de risco/violência juvenil; VI) Prevenção da violência contra a mulher, a criança e o adolescente (ONU; PNUD, 2013).

Produzido o DIP, em mãos do desenho institucional e situacional do território, o passo seguinte seria o delineamento e a especificação das estratégias para solução dos desafios de violência e criminalidade, por meio de um Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã (PIP).

Segundo a metodologia do PNUD, a formulação do PIP também deve ser feita sob a perspectiva da governança democrática, partindo do permanente diálogo entre os atores sociais, da transparência das ações e do incentivo à participação de membros comunitários. O *modus operandi* do PNUD tem forte cunho restaurativo e constitui, assim, ferramenta de gestão local com definição de ações, metas e diretrizes para combater e prevenir a violência no território, construída de forma participada, integrada e cooperativa (ONU; PNUD, 2013c).

A mobilização dos atores comunitários é feita de forma a realçar suas corresponsabilidades no problema, na solução e na transformação da violência.

Afinal, a abordagem da Convivência e Segurança Cidadã tem como particularidade o trabalho local na formulação e implementação de ações proativas, estratégia que potencializa uma atuação integrada entre poder público, comunidade e sociedade civil

organizada, uma vez que as pessoas envolvidas conseguem se perceber como parte do problema e da solução (ONU; PNUD, 2013c, p. 10).

O envolvimento plural na identificação do DIP e o policentrismo decisório do PIP proporcionam não só que as ações propostas sejam mais adequadas às realidades e às necessidades do território, o que repercute em sua eficácia, acesso e eficiência; como também garantem a construção de uma narrativa mais completa do problema, evitando-se partir de uma história única sobre aquela realidade, tendo em consideração a heterogeneidade da comunidade e a pluralidade de atores no território.

Cíntia Yoshihara relatou, em entrevista, que “a elaboração do Plano de Ação do Nacional contou com 40 reuniões com lideranças, Prefeitura, ONGs e comunidade. As reuniões eram temáticas, estruturadas de acordo com os seis eixos fundamentais do Programa”.

Esse mapeamento é importante para o planejamento otimizado dos recursos e esforços e contribui para que se defina com mais nitidez as ações a serem prioritariamente adotadas. Colabora também para a definição das ações que caberão a cada instituição ou membro da comunidade. Ao distribuir competências, tem-se maior compreensão sobre a contribuição de cada um e estimula-se o empoderamento dos sujeitos, individual e coletivamente considerados.

Enxergar-se capaz de influir de forma construtiva para a redução e prevenção das violências em seu território recupera e fortalece o senso de autonomia dos sujeitos, assim como sua autoestima. Ao terem suas impressões, demandas e sugestões consideradas na produção do DIP e no PIP, os membros da comunidade reconhecem e compreendem o sentido das propostas e, por isso, mais facilmente conduzirão seus comportamentos de acordo com elas.

A percepção de que a segurança cidadã é construída na, para e pela comunidade é fundamental para a legitimidade e sustentabilidade do Programa. A diversidade das contribuições garante a efetividade da ação e intensifica a coesão dos vínculos comunitários: uma pluralidade de agentes passa a conectar-se visando uma causa comum.

Segundo Cintia Yoshihara, em entrevista para a pesquisa, a metodologia participada do programa não se limitou à gestão, estendendo-se ao acompanhamento comunitário. Conforme narra, a opção metodológica foi definidora no empoderamento e fortalecimento de vínculos e do pertencimento à comunidade. “Isso diferenciou o Programa das ações que normalmente são executadas pela Administração Pública brasileira”.

A produção dos dois documentos guia a comunidade para uma percepção mais nítida da situação para que seja capaz de identificar as necessidades envolvidas e sentir como a violência tem afetado seus membros. Nesse ponto, é relevante ter em vista que as causas e soluções da violência não só têm particularidades locais, como também afetam o cotidiano da comunidade.

Não sem razão, quando questionada sobre o principal impacto do Programa, Claudia Ocelli referiu-se, em entrevista, à:

experiência de fazer política territorial. A disputa política de poder e visibilidade entre secretários e prefeitos se distancia completamente de como a comunidade gerencia a dinâmica das próprias relações de poder. As conexões entre esses dois âmbitos de poder foram o mais impactante, mostra que é possível fazer política pública de uma outra maneira. O [histórico] deslocamento dos formuladores [das políticas públicas] da realidade territorial, o desenho [tradicional] das políticas comunitárias não conhece as estratégias comunitárias de desenho. Esse deslocamento inviabiliza a execução, os editais são higienizados em relação a esses sujeitos. [grifos acrescentados]

Pela metodologia do PNUD, a produção do PIP é acompanhada pelo Comitê Gestor Local e estruturada em Grupos de Trabalho temáticos. Os GTs devem corresponder às áreas prioritizadas para a atuação e devem ser compostos por membros do CL e convidados. Os participantes dos GTs são escolhidos pelo Comitê e pelo Ponto Focal e devem ter conhecimento prático ou teórico no tema.

Os Grupos de Trabalho têm autonomia de decisão dentro de sua área. É importante que sua composição seja a mais heterogênea possível, compreendendo gestão pública, academia, CL, lideranças comunitárias e sociedade civil organizada. Sem isso, provavelmente haverá discussão sobre a legitimidade de suas decisões.

Segundo o PNUD Brasil (ONU; PNUD, 2013c, p. 20):

após a finalização do Diagnóstico, foram propostas algumas diretrizes para sanar os problemas encontrados na região do Nacional, em Contagem (MG) – município integrante do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania”. Assim começaram os trabalhos para a construção do Plano Integral e Participativo. Foram formados sete Grupos de Trabalho, cada qual responsável por um eixo temático. Desde o primeiro momento, os grupos se mostraram dispostos à participação coletiva, sendo formados por diversos atores da sociedade e buscando fortalecer a proposta de iniciativa em rede e colaborativa. Cláudia Ocelli, Ponto Focal do Programa no período de 2010 a 2012, explica que “os atores reconheceram as principais ações, afinal, a grande maioria partiu deles, as escolhas da comunidade tiveram peso. Todas as vezes que houve ações do Programa, a comunidade auxiliou na mobilização. Ela assumiu o conceito de Segurança Cidadã, pois levou em conta que a questão da segurança não é só da polícia”. A proposta de metodologia participativa teve reflexos na formação humana daqueles que integraram as ações. Houve casos de pessoas que retornaram aos



estudos e passaram a se ver como verdadeiros cidadãos. “Antes eu achava que era invisível. Depois da participação nas ações do Plano, percebi que todos temos espaço. Apreendi a ser cidadã. Comecei a me ver como um diamante sendo lapidado”, constatou Albaniza Pereira Wada, integrante do Comitê Gestor Local mineiro.

Após o segundo ou terceiro encontro dos GTs, a metodologia do PNUD prima pela realização de Intercâmbio de Experiências de Convivência e Segurança Cidadã (IntEx) como uma maneira de ampliar as compreensões sobre as possibilidades de atuação e transformação das dificuldades encontradas pelo GT na elaboração do PIP.

Aqui, a proposta não é a reprodução de ideias desconsiderando as especificidades de cada experiência, mas a compreensão da essência da prática para a possível aplicação no território.

Nas entrevistas da pesquisa de campo, os impactos do IntEx foram reiteradamente pontuados. Ao comentar da visita a Casa de Justicia de Bogotá, por exemplo, Cláudia Ocelli relatou que:

56

Eu [ponto focal], um representante do Comitê Gestor e um representante do Poder Público fomos a Bogotá para conhecer experiência de justiça restaurativa. A gente ficou impressionado porque lá tinha dado certo e era uma comunidade violenta, numa região maior do que o Nacional. [...] A Casa de Justicia de Bogotá atuava com mediação de conflitos de vizinhança e crimes de menor potencial ofensivo. Só ia pro Judiciário aquilo que a comunidade não dava conta de resolver. Quando os representantes retornaram de Bogotá, apresentaram a experiência para a comunidade, que comprou a ideia. Foi feito planejamento estratégico situacional durante seis meses e foram construídos vários projetos, sendo um deles – o prioritário – para implementar mediação na comunidade. É interessante que a comunidade já tinha experiência com mediação, do Mulheres da Paz, ligado ao Governo Federal: mulheres, Polícia e jovens realizaram mediação no território. Mas [a comunidade] não comprava a ideia, via o Mulheres da Paz como X9. [...] Foram várias confluências. A UNESCO apresentou proposta de formação em cultura de paz pela Palas Athena, em São Paulo, e lá a comunidade teve contato de novo com justiça restaurativa. Deram uma formação de 40h para representantes da educação, segurança, guarda municipal, lideranças, jovens e assistência. O envolvimento dos formandos movimentou a comunidade toda. [...] Fez toda a diferença eles terem visto com os próprios olhos o desenho territorial da política e planejado conjuntamente o detalhamento e a profundidade da política no território. [...] Nesse período, conheceram [a Defensora Pública] Francis [de Oliveira Rabelo Coutinho], que concordou em fazer o desenho no Nacional, a começar pela Escola Maria Salles [uma das escolas afetadas pelo toque de recolher de 2010]. [...] Membros do Comitê Gestor do projeto também fizeram formação com a Francis. [grifos acrescidos]

Finalizados os trabalhos do GT, a Equipe Técnica e o Ponto Focal elaboram o documento preliminar. A metodologia também propõe que seja realizado um encontro ampliado,

reunindo todos os participantes dos diferentes GTs para apresentação, divulgação e pactuação do resultado.

Após a produção do PIP, sugere-se a realização de apresentações em espaços de referência, audiências públicas, elaboração de cartilhas e realização de eventos para divulgá-lo. Em seguida, deve-se selecionar ao menos quatro projetos prioritários a serem descritos de forma mais especificada. Sugere-se que esses projetos sejam executados, monitorados e avaliados a cada ano.

Na escolha dos projetos prioritários, deve-se primar pela intersectorialidade; visibilidade dos resultados alcançados; exequibilidade frente aos talentos e recursos locais; ter alguma atividade que já implementada ou em fase de implementação (ONU; PNUD, 2013c, p. 25). Com a opção por projetos prioritários, evita-se que a morosidade para descrição detalhada e execução de todos os projetos impacte em descrédito e desmobilização dos atores sociais envolvidos.

As pessoas encarregadas diretamente da sua implementação devem passar por um curso de Elaboração de Projetos para que sejam capazes de identificar o projeto; descrever o problema e a justificativa; explicar o objetivo geral e os objetivos específicos; apontar os indicadores e as metas a alcançar; descrever as atividades e os beneficiários diretos e indiretos; explicar o método do trabalho; desenvolver o cronograma do projeto; identificar condições de sustentabilidade do projeto; descrever estratégias, públicos, ações e instrumentos do plano de comunicação; realizar o monitoramento e a avaliação; fazer o orçamento; identificar condições internas e externas de risco e apoio para a realização do projeto; indicar referências teóricas; descrever o projeto resumidamente; produzir anexos com fotos, mapas e infográficos, por exemplo, capazes de ampliar a compreensão do projeto (ONU; PNUD, 2013c).

O Programa também ofereceu capacitação em captação ou mobilização de recursos para que os envolvidos pudessem ter compreensão de conceitos fundamentais; identificassem onde e como buscar recursos e em quais fontes de financiamento; aprendessem como captar potenciais financiadores e formas diferentes de se conseguir financiamento; e tivessem informações sobre onde encontrar e como participar de editais para financiamento (ONU; PNUD, 2013c).

Essas capacitações pretendiam garantir a sustentabilidade da comunidade após o encerramento do Programa. Nas palavras de Cláudia Ocelli, “era a comunidade quem deveria ser o principal ator para construção da paz no território, cabendo a ONU apenas dar formação”.

A própria metodologia proposta pelo PNUD tinha cunho fortemente restaurativo, relacionando protagonismo comunitário, compartilhamento de narrativas pessoais, identificação de impactos para cada um dos sujeitos, responsabilidade ativa e ampliada e construção e fortalecimento de vínculos de pertencimento e significado.

Sobre responsabilidade, as entrevistas indicaram uma dor ou dano bastante recorrente: mudanças características da alternância em gestões municipais, com impacto no quadro dos servidores públicos e na descontinuidade de determinadas práticas somadas a ausência de acompanhamento por parte da ONU dificultaram a sustentabilidade do *Segurança com Cidadania*.

É fato que o programa tinha termo inicial e final, que não havia sido proposto para durar para sempre. No entanto, seria esperado e condizente com os princípios restaurativos que houvesse uma proposta de acompanhamento para aferição de satisfação ao seu término (LEDERACH, 2003).

3 CONCLUSÃO

58

De modo geral, processos restaurativos não terminam com um marco como um plano de ação ou acordo restaurativo, contemplando ainda uma última etapa voltada a acompanhamento. Se a Justiça Restaurativa é uma visão de justiça voltada a satisfação de necessidades humanas básicas, como acreditar que um termo temporal pré-delimitado pode garantir satisfação?

O diálogo pressupõe o encontro. Ao finalizar o Programa sem acompanhamento, o desencontro impossibilita a continuidade da comunicação e do compartilhamento de experiências. O fato de a condução das ações de justiça restaurativa de base comunitária serem competência dos sujeitos do território só reforça o fato de sua comunidade de referência e apoio – que, nesse caso, envolveria a ONU e a Prefeitura de Contagem – estar presente no acompanhamento.

Como atuar em comunidade com decisão apriorística que não a envolve e definição de termo final que também não a considera? Trabalhando com recurso findo, não seria o caso de distribuí-lo segundo decisões policêntricas que considerassem e respeitassem as necessidades da comunidade? Como propor um termo final genérico antes mesmo de adentrar e conhecer a especificidade coletiva? Se a prática é centrada no ser humano, é preciso considerar o tempo da comunidade.

Se o propósito era garantir a sustentabilidade do Programa, não seria mais fácil construir um calendário de acompanhamento em que comunidade de referência e apoio estariam presentes? Também seria útil ter apostado em práticas que aproximassem os sujeitos das diferentes comunidades brasileiras que contaram com o Segurança com Cidadania. Imagine, por exemplo, que as comunidades mantivessem algum tipo de contato direto para compartilhamento de experiências e oferecimento de suporte e contribuição.

Essas são algumas das indagações e sugestões oriundas da análise das narrativas dos sujeitos entrevistados. Em algum aspecto, carregam também o lamento de quem pesquisa ao ver uma prática restaurativa de base comunitária sendo descontinuada.

REFERÊNCIAS

BISINOTO, Cynthia. et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 4, p. 575-585, out./dez. 2015, p. 584.

BRAITHWAITE, John. Does restorative justice work? In.: BRAITHWAITE, John. *Restorative justice and responsive regulation*. Oxford: Oxford University Press, 2002. pp. 45-72.

CARVALHO, Mayara. *Justiça Restaurativa em Prática: confito, conexão e violência*. Belo Horizonte: Instituto Pazes, 2021.

GALVÃO, Afonso et. al. Violências escolares: implicações para a gestão e o currículo. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 68, p. 425-442, jul./set. 2010, pp. 425-442.

LEDERACH, John Paul. *Little Book of Conflict Transformation: Clear Articulation of the Guiding Principles by a Pioneer in the Field*. Harrisonburg: Good Books, 2003.

MELO, Bendita Portugal e. *(Re)pensar a violência escolar à luz das estratégias de intervenção em territórios educativos de intervenção prioritária*. Disponível em: < <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11003/1/repensar%20a%20violencia%20escolar.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS. PROGRAMA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL. *Homicídios na Adolescência no Brasil: IHA 2014*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017. Organizadores Doriam Borges e Ignácio Cano.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al. *Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU "Segurança com Cidadania" em Contagem, Minas Gerais-MG*. Brasília: PNUD, UNESCO, UNICEF, OIT, UNODC, ONU Habitat, Ministério da Justiça, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al. *Guia de Intercâmbio de Experiências em Convivência e Segurança Cidadã*. Brasília: PNUD, 2013b, p. 10.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al. *Plano Integral e Participativo em Convivência e Segurança Cidadã*. Brasília: PNUD, 2013c.

PRANIS, Kay. *Processos circulares*. São Paulo: Pala Athenas, 2010.

SHERMAN, Lawrence; STRANG, Heather. *Restorative Justice: the evidence*. London: The Smith Institute, 2007.

WACHTEL, Ted. *Defining restorative*. Bethlehem: International Institute for restorative practices: 2013.

ZEHR, Howard. *Changing Lenses: Restorative Justice for Our Times*. Harrisonburg: Herald Press, 2015.

ZEHR, Howard. *Justiça Restaurativa*. São Paulo: Palas Athena, 2012.

60

Submissão: 25/09/2021

Aceito para Publicação: 16/12/2021

DOI: 10.22456/2317-8558.118764